



O LUGAR DO LÉXICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

THE PLACE OF THE LEXICON IN THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE: AN ANALYSIS OF THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE (BNCC)

Elían da Silva Santos ¹
Antônio Carlos Santos de Lima ²

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise sobre o lugar que o léxico ocupa nas propostas de ensino de Língua Portuguesa para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para um maior aprofundamento acerca desta temática, adotamos como aporte teórico os estudos de Waring (1997), Henriksen (1999), Leffa (2000), Cunha (2001), Nation (2001), Antunes (2012), Pereira (2013). Caracterizada como uma pesquisa documental, de natureza qualitativa, buscamos responder às seguintes questões: como a proposta de ensino de Língua Portuguesa no Brasil está estruturada? Como o ensino do léxico vem sendo abordado na BNCC? Os resultados da nossa análise indicaram que a abordagem do léxico nas propostas de ensino da BNCC ainda é muito simplificada e não destaca o seu verdadeiro papel de construtor da comunicação verbal, nem tão menos sua grande relevância para o aprofundamento dos alunos acerca das propriedades e estrutura da língua portuguesa.

Palavras-chave: Ensino do Léxico. Vocabulário. Língua Portuguesa. BNCC.

Abstract: The present work brings some reflections about the place of the lexicon in the Portuguese Language teaching proposals of the Early Years of Elementary School present in the National Common Curricular Base (BNCC). For a deeper understanding of this theme, we adopted as theoretical support the studies from Waring (1997), Henriksen (1999), Leffa (2000), Cunha (2001), Nation (2001), Antunes (2012), Pereira (2013). Characterized as documentary research with a qualitative approach, we seek to analyze at BNCC how the Portuguese language teaching proposal is structured and how the teaching of the lexicon has been explored in it. The results of our analysis indicate that the BNCC's approach to the lexicon is still very simplified and does not highlight its true role as a builder of verbal communication, nor its great relevance to the students' in-depth knowledge of the properties and structure of the Portuguese language.

Keywords: Teaching of the Lexicon. Vocabulary. Portuguese Language. Teaching. BNCC

1 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4053214001115674>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0588-9019>. E-mail: elian.santos@cedu.ufal.br

2 Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professor efetivo do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8646424835026554>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2219-7441>. E-mail: antonio.lima@ifal.edu.br



Introdução

A palavra é o elemento fundante da língua e essencial para o processo de interação verbal (VOLÓCHINOV, 2018). É por meio delas que os sujeitos imprimem suas visões de mundo, suas crenças e experiências. Nesse sentido, podemos considerar que o conhecimento lexical assume um importante papel em todos os campos da vida do sujeito, seja nas práticas formais institucionalizadas ou nas práticas informais do seu cotidiano. Partindo desse pressuposto, consideramos que é através das escolhas lexicais, compositoras das produções textuais orais e escritas, que também expressamos os conhecimentos sobre a nossa língua.

Dada a importância do léxico nos processos interativos dos sujeitos e na vivência escolar em seu processo de formação, torna-se necessário uma reflexão em torno de determinados aspectos que se relacionam com o contexto escolar, a exemplo os documentos normatizadores do currículo, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É dentro deste contexto que surge a questão que norteia este estudo: que lugar o léxico ocupa nas propostas de ensino de língua portuguesa dos anos iniciais do Ensino Fundamental presentes na BNCC?

A motivação para este estudo partiu da consideração de que a BNCC é normatizadora dos currículos da Educação Básica do Brasil, exercendo grande influência na elaboração de livros e materiais didáticos de língua portuguesa para o trabalho em sala de aula. Para tanto, traçamos um percurso metodológico situado em uma abordagem qualitativa de pesquisa, assim como propõe Oliveira, 2016, seguindo a perspectiva de pesquisa documental proposta por Figueiredo, 2007. Desta forma, fez-se a análise da BNCC com o fito de identificar em que medida a questão do léxico é abordada.

Para um maior aprofundamento em nossas discussões acerca da temática em questão, adequando-se também aos objetivos da pesquisa, adotamos como aporte teórico os estudos de Waring (1997), Henriksen (1999), Leffa (2000), Cunha e Ferraz (2001), Nation (2001), Antunes (2012), Pereira e Vieira (2013).

Ademais, ao longo do presente trabalho, além de respondermos à nossa pergunta principal, buscamos também promover algumas reflexões acerca da relação entre léxico/vocabulário, destacando os achados recentes da literatura especializada e os desafios que o estudo do léxico vem enfrentando nas propostas ensino de Língua Portuguesa.

Léxico e vocabulário: concepções e ensino

Como ponto de partida é importante diferenciarmos dois conceitos fundamentais que compõem nossa base teórica: léxico e vocabulário. Segundo Antunes (2012), “[...] o léxico pode ser compreendido como um amplo repertório de palavras de uma língua ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação”. Por outro lado, o vocabulário se refere ao conjunto de palavras efetivamente utilizadas pelos falantes em atos comunicativos específicos, adequando-se ao assunto abordado, ao gênero textual e ao grau de formalidade (LEFFA, 2000).

Ao longo da vida, cada sujeito desenvolve um acervo lexical individual que se inicia na infância, por meio da aprendizagem incidental com domínio no *input* oral (LEFFA, 2000) e se estende por toda sua trajetória mediante suas experiências interacionais e escolares. Conforme afirmação de Xatara *et al.* (2008, p. 21):

Um indivíduo começa a construir seu conhecimento de mundo por meio das interações sociais junto à família e das relações sociais no círculo de amizades. Ao mesmo tempo, vai formando seu vocabulário que será ampliado durante as várias etapas do processo de sua formação. Esse indivíduo, cada vez mais, terá a necessidade de adquirir e estocar na memória verbal um acervo do léxico geral e especializado mais amplo, para dar conta de ler e interpretar as novas realidades de seu mundo.

Nesse contexto, podemos compreender que o vocabulário, diferentemente de outros conhecimentos linguísticos, está em constante mutação e isso pode ser atribuído às constantes mudanças vivenciadas pela sociedade que resultam no surgimento de novas palavras e significações. Sobre isso, Leffa (2000, p.18) diz que:

[...] na aprendizagem da língua materna o vocabulário é muitas vezes o único aspecto onde, depois de um certo estágio, o aluno pode progredir. Quando se domina a fonologia, a sintaxe e a morfologia de uma língua - o que normalmente se consegue antes de chegar à adolescência - o léxico é o único conhecimento que pode ser aumentado, geralmente para o resto da vida, já que sempre é possível aprender novas palavras.

Partindo dessa perspectiva, é através da aquisição de novas palavras que o aluno expande seu repertório lexical e desenvolve/aprimora suas diferentes habilidades discursivas, pois a fluência em uma língua só é possível através da construção de uma base sólida do vocabulário. Logo, nenhum insumo será abrangente e relevante se o léxico do aprendiz for reduzido (LAUFER, 1997).

Sobre o repertório lexical dos alunos, segundo Ferraz (2016), ele pode ser representado a partir de três níveis distintos: i) vocabulário ativo, que está relacionado com as palavras que os falantes usam com maior frequência; ii) vocabulário de reserva (ou de transição), que se constitui das palavras relativamente conhecidas que o usuário não utiliza na fala, mas eventualmente empregada na escrita; iii) vocabulário passivo, que representa o conjunto de palavras que o usuário reconhece, mas não utiliza pela falta de conhecimento acerca de seus significados contextuais.

Entretanto, quando falamos de léxico e vocabulário, algumas indagações vêm à tona: O que significa conhecer uma palavra? O que envolve o processo de aprendizagem de uma palavra? As respostas para essas perguntas apresentam um certo nível de complexidade, pois para respondê-las seria necessário ter acesso aos diferentes aspectos linguísticos e cognitivos que são acionados durante um processo de produção textual de um indivíduo. No entanto, alguns teóricos (WARING, 1997; HENRIKSEN, 1999; NATION, 2001; ANDERSON, 2009) vêm buscando oferecer alternativas que se aproximem da realidade que cinge esse conhecimento.

De acordo com Henriksen (1999), o conhecimento de uma palavra pode ser classificado como receptivo ou produtivo. O conhecimento receptivo está relacionado com a capacidade de reconhecer e associar uma palavra ao seu significado durante um contexto de leitura e compreensão (quando se escuta uma palavra). Por outro lado, o conhecimento produtivo está relacionado com a capacidade de representar e associar corretamente a forma gráfica ou sonora da palavra ao seu significado durante uma produção escrita ou oral. Seguindo essa classificação de vocabulário, Waring (1997) sugere que o vocabulário produtivo de um indivíduo equivale a 50% do seu conhecimento receptivo. Deste modo, há uma diferença entre a dimensão de ambos, ou seja, o vocabulário produtivo é considerado um subconjunto do receptivo.

Para Nation (2001), o conhecimento de uma palavra pode ser descrito a partir de três diferentes aspectos: conhecimento da forma das palavras (na fala e na escrita), compreensão do seu significado (associações, forma e significado, conceitos) e uso (funções gramaticais, colocações e restrições).

Anderson (2009) também defende três diferentes etapas da aprendizagem do vocabulário: i) etapa cognitiva, onde o aprendiz incorpora conscientemente conhecimentos novos de ordem estática; ii) etapa associativa, na qual o aprendiz assimila progressivamente as regras de utilização dos conhecimentos com o intuito de levar a cabo as tarefas; iii) etapa de autonomia, na qual as operações se automatizam e permitem que o aprendiz mobilize os seus conhecimentos de acordo com suas necessidades linguísticas.

Corroborando para essa concepção, Richard (1976 apud FERRAZ, 2001) sugere que conhecer uma palavra envolve: a) reconhecer suas possibilidades de associações com outras palavras; b) reconhecer as restrições impostas pelo uso de uma palavra de acordo com sua função, contexto

de aplicação e situação; c) conhecer o comportamento sintático associado à determinada palavra.

Fazendo uma análise dessas duas concepções acerca do conhecimento de uma palavra, podemos observar que muitos aspectos são considerados, desde sua forma sonora a sua aplicação em práticas de produção ou recepção, de modo que a aprendizagem de uma palavra não se limita apenas a memorização de sua representação gráfica, pelo contrário:

Conhecer uma palavra não é apenas estabelecer a conexão rígida entre forma e conteúdo, como se fosse dois monólitos que se encaixam um ao outro, impossíveis de serem analisados. Conhecer uma palavra é despi-la de sua embalagem, descobrir as partes que a compõem e ver como cada uma dessas partes tem repercussões lá fora, com elementos internos de outras palavras - só permitindo a criação de textos onde os equilíbrios internos e externos, em seus inúmeros aspectos possam ser mantidos (LEFFA, 2000, p.40).

Diante de toda essa complexidade, o lugar que o estudo do léxico ocupa nas propostas de ensino de língua portuguesa no Brasil vem sendo questionado e criticado, principalmente, por trazer uma abordagem limitada acerca dos aspectos envolvidos na aquisição do conhecimento das palavras, assim como a importância do léxico para o processo comunicativo dos alunos.

Os desafios do estudo do léxico no ensino de língua portuguesa

As investigações sobre o estudo do léxico no ensino de língua materna no Brasil vêm crescendo e ganhando espaço em áreas do conhecimento, a exemplo, a educação e linguística. É válido ressaltar que no ensino de língua estrangeira (L2), esta temática sempre ocupou um lugar de destaque, o que justifica o número superior de estudos quando comparado com as investigações de Língua Materna (L1).

No contexto de L1, pesquisadores como Ferraz (2001), Leffa (2002), Barbosa (2009), Pereira e Vieira (2013), Antunes (2012) têm desenvolvido importantes estudos que buscam analisar e refletir sobre a forma como o léxico vem sendo conduzido nas propostas de ensino de língua portuguesa do Brasil. Assim, tomando como aporte teórico esses estudos supracitados, iniciaremos a partir de agora um diálogo para nos situarmos sobre os desafios que o ensino do léxico vem enfrentando.

De acordo com Pereira e Vieira (2013), o ensino do vocabulário, seja nos livros didáticos ou nas salas de aulas, tem sido relegado a segundo plano. As referidas autoras ressaltam para a quase inexistência de métodos direcionados ao ensino de língua portuguesa e associa essa ausência à formação dos professores, que acabam não recebendo informações claras sobre a forma da condução desse tema nas práticas em sala de aula.

Antunes (2012), em sua obra “Território das palavras: o ensino do léxico em sala de aula”, apresenta importantes reflexões que nos ajudam a compreender sobre o tratamento dessa temática no Brasil. Inicialmente, a autora tece críticas à abordagem do léxico nas aulas de português, descrevendo-as como insuficientes e de caráter breve. No entanto, a autora enfatiza que esse tratamento pode estar associado a dois principais fatores: i) ao livro didático; ii) e à perspectiva reduzida que se tem sobre léxico.

Nesse contexto, também é importante salientar que os livros didáticos exercem um papel de destaque no trabalho pedagógico em sala de aula. Segundo o guia do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD/2019):

O livro didático é um importante instrumento de apoio ao trabalho pedagógico na escola, pois trata-se de um recurso didático que contribui para a ação docente, bem como para as atividades desenvolvidas em sala de aula, assumindo um papel significativo nos processos de ensino e de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, é um grande investimento social, por meio do qual o Estado implementa políticas públicas de acesso, divulgação e preservação dos saberes científicos e culturais (BRASIL, 2019, p. 7).

Sendo assim, o material didático, distribuído nas escolas públicas de todo país, é considerado como um aporte essencial para a organização curricular da escola e para auxiliar os professores na condução dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula, dentre eles, os de língua portuguesa. Partindo desse pressuposto, é possível compreender a influência que os conteúdos presentes nesses livros podem exercer no ensino e formação linguística dos alunos.

Ferraz (2001) também aponta para algumas incoerências nas abordagens didáticas e no percurso seguido no ensino do vocabulário nos livros didáticos de português. Uma delas é o caminho inverso adotado, isto é, o ensino de língua portuguesa tem início com os processos de formação das palavras, seguido pelo ensino dos prefixos e sufixos, assim como suas funções e significados, e só depois se trabalha, vagamente, o léxico. Logo, o foco central do ensino acaba sendo direcionado apenas para as questões gramaticais e morfológicas da língua.

Para Antunes (2012, p. 20), “[...] na maioria dos livros didáticos, principalmente do ensino fundamental, o trabalho com a língua portuguesa se reduz aos processos de formação, acompanhado de atividades de fixação de análise de palavras”. Deste modo, o ensino é diretamente direcionado e delimitado para a sistematização dos aspectos morfológicos da língua. Observa-se, então, uma grande valorização da gramática normativa, mas com pouco espaço para as instruções e reflexões que possibilitem a ampliação do vocabulário dos alunos.

Outro fator apontado por Antunes é a perspectiva reduzida que se tem sobre o estudo do léxico e como isso influencia nas atividades propostas em sala de aula. Segundo o autor:

Em geral, as atividades com que o vocabulário é explorado se limitam a seu significado básico, aquele que, exatamente por ser básico, serve ao maior número de aplicações [...]. Na estreiteza desse vocabulário básico, o aluno não reconhece seu próprio vocabulário, tão mutante, tão naturalmente ajustado às determinações de cada contexto e de cada cena de interação. Outra vez, a língua na escola parece uma abstração, parece uma entidade estática, fixa, não em movimento, e as palavras, conseqüentemente, parecem ter seus sentidos fixados, tal como etiquetas em pedras (ANTUNES, 2017, p.22).

Essa limitação na abordagem do ensino em sala de aula pode comprometer a aprendizagem e o desempenho dos alunos, não só no tocante à matéria específica de língua portuguesa, mas como também em todas as outras, uma vez que elas só se tornam possíveis através da linguagem (BARBOSA, 2009).

Logo, essas críticas reforçam a necessidade de um aprofundamento no ensino do léxico para que os alunos desenvolvam uma compreensão ampla acerca das propriedades das palavras, das suas significações, do seu papel fundamental na produção dos diferentes textos e para um maior domínio de língua materna. Mas, para isso, torna-se necessário promover algumas mudanças nos programas de ensino de língua portuguesa e nas abordagens presentes nos livros didáticos.

Para corroborar com nossas reflexões e aprofundar as discussões acerca da temática em questão, nos próximos tópicos trazemos uma explanação sobre a BNCC e uma análise do papel do léxico em suas propostas de ensino de língua portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Metodologia

Os documentos curriculares que regem a educação básica no país são fontes indispensáveis para conhecermos a estrutura e a proposta atual de ensino de língua portuguesa que vem sendo adotada nas salas de aulas do Ensino Fundamental. Partindo dessa premissa e adotando a pesquisa documental, tomamos como objeto de estudo a BNCC, pois se configura como um documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BNCC, 2018).

No que se refere à pesquisa documental, Oliveira (2016) afirma ser uma técnica que demanda do pesquisador uma análise cuidadosa de documentos, podendo receber diversas interpretações. Além disso, os documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras (FIGUEIREDO, 2007).

Logo, através da análise de uma fonte primária, a BNCC, o presente estudo visa conhecer os aspectos relacionados ao fenômeno estudado, ou seja, o lugar do estudo do léxico nesse documento que normatiza os currículos da educação básica no Brasil. Buscamos, através de uma abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2016), compreender o objeto estudado em seu contexto histórico, a fim de atender os seguintes objetivos da pesquisa:

- Geral: Refletir sobre o lugar do léxico nas propostas de ensino de língua portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental presentes na BNCC.
- Específicos: i) Compreender o papel da BNCC na constituição dos currículos na educação básica brasileira; ii) Conhecer a estrutura e a proposta do ensino de língua portuguesa, presente na BNCC, destinada à abordagem do léxico anos iniciais do Ensino Fundamental; iii) Identificar as competências específicas de Língua Portuguesa estabelecidas nesse documento para o Ensino Fundamental.

Análise do ensino do léxico na BNCC

Para compreendermos a importância da BNCC nas propostas de ensino de língua portuguesa é fundamental conhecermos o papel que este documento exerce na constituição dos currículos na educação básica brasileira. Deste modo, iniciamos este tópico com uma breve apresentação dos seus aspectos históricos, políticos e pedagógicos.

O marco inicial da BNCC se deu por meio da promulgação da Constituição Federal em 1988, sendo estabelecido em seu artigo 210 a necessidade da criação de uma Base Nacional Comum para fixar os conteúdos mínimos para a Educação Básica, o que inclui o Ensino Fundamental:

Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais: § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental; § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988, Art. 210).

Essa proposta de criação buscava oferecer às instituições de ensino básico orientações para auxiliar na criação dos seus currículos, de modo a garantir que o ensino ofertado pudesse contribuir para a formação integral dos alunos. Essa necessidade foi ainda mais reforçada com a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) em 1996:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser

complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, Art. 26).

Como ponto de partida para alcançar os objetivos traçados, tanto na Constituição Federal, quanto na LDB, novos documentos curriculares para a educação foram criados, a exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) consolidados em 1997. Em 2014, foi lançado o Plano Nacional de Educação (PNE) trazendo vinte metas para a política educacional, visando melhorias na qualidade da Educação Básica no período de 2014 a 2024. Só em 2015 foi iniciado, então, o processo de elaboração da proposta para criação da BNCC. Para tanto, foi constituída uma comissão composta por especialistas educacionais, além de uma consulta pública, buscando a contribuição da sociedade em geral. Em síntese, foram criadas três versões da base, sendo a primeira em 2015, a segunda em 2016 e a terceira em 2017 (BRASIL, 2018).

Com a aprovação da última versão da BNCC e sua promulgação em 05 de abril de 2018, ela passa a ser oficialmente integrada à Política Nacional de Educação, servindo como referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O próprio documento traz que:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2018, p. 7).

Com isso, as concepções de ensino trazidas pela BNCC, assim como as aprendizagens essenciais estabelecidas para cada ano escolar, influenciam diretamente nos currículos escolares e, conseqüentemente, nos conteúdos didáticos que serão trabalhados em sala de aula. É importante salientar que a BNCC também assume um papel de destaque nos programas de formação continuada dos professores da Educação Básica.

O componente curricular de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental

Considerada como a etapa mais longa da Educação Básica, o Ensino Fundamental tem nove anos de duração e atende crianças e adolescentes com idade entre 6 a 14 anos. Desta maneira, o Ensino Fundamental é composto por duas fases: os anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano). No que tange ao ensino de Língua Portuguesa, os dois primeiros anos são destinados à alfabetização e os anos finais à intensificação da sistematização dos conhecimentos acerca de língua materna.

Tendo como foco principal a formação e aprendizagem dos alunos, a BNCC define para cada componente curricular as competências essenciais que deverão ser desenvolvidas ao decorrer da educação básica. Vale ressaltar que o termo “competência” equivale à mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018). Desta forma, estão estabelecidas dez competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental:

1. Compreender as linguagens como construção humana,

histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

7. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).

9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Para garantir o desenvolvimento dessas competências, o componente curricular de Língua Portuguesa está organizado em quatro eixos temáticos: i) leitura/escuta; ii) produção de textos; iii) oralidade e iv) análise linguística/semiótica. O eixo de leitura/escuta tem como finalidade ampliar o letramento dos alunos através do aprimoramento de estratégias de leitura de textos de diferentes gêneros textuais. Seguindo essa mesma perspectiva, o eixo de produção textual também busca incorporar o uso de diferentes estratégias para produção de textos de diferentes gêneros.

No eixo de oralidade, a proposta é oferecer um aprofundamento dos conhecimentos dos alunos sobre uso da língua oral, assim como os intercâmbios orais. E por fim, o eixo de análise linguística/semiótica é voltado para a sistematização da alfabetização dos alunos do 1º e 2º ano. Enquanto os três anos seguintes serão destinados para o desenvolvimento da observância das regularidades e a análise do funcionamento da língua e seus efeitos nos discursos (BRASIL, 2018).

Os eixos temáticos, assim como toda a proposta de ensino de língua portuguesa, têm como centralidade o texto e os gêneros textuais, e adotam uma metodologia baseada na perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem. Segundo essa perspectiva, “a linguagem é uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 2018, p. 67).

Além dessa concepção, o ensino de língua portuguesa traz alguns conceitos essenciais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais, esferas/campos de circulação dos discursos. Esses conceitos regem a proposta de ensino de língua portuguesa na BNCC e ressaltam a necessidade de um ensino contextualizado, cujo foco está no uso social da língua em seus mais diversos campos de atuação. Em síntese, o ensino de língua portuguesa visa:

[...] proporcionar aos alunos experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar sua participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, p. 67, 2018).

O lugar do léxico no Ensino de Língua Portuguesa

De acordo com a BNCC (2018), os conhecimentos lexicais necessários para a compreensão e produção da linguagem devem ser, concomitantemente, construídos no decorrer do Ensino Fundamental através das práticas de leitura/escuta, de produções textuais orais/escritas e multissemióticas, oportunizando situações de reflexões sobre a língua e as linguagens de uma forma geral, dos conceitos, das suas regras e da análise dos efeitos de sentidos das palavras no texto (BRASIL, 2018, p. 81).

Nesse contexto, nos anos iniciais do ensino fundamental encontramos o estudo do léxico inserido no eixo de Análise Linguística/Semiótica, cuja finalidade é desenvolver nos alunos estratégias (meta)cognitivas necessárias para a análise/avaliação dos processos de leitura e produção textual, considerando fatores como efeitos de sentido do texto, suas formas de composição, sua situação de produção e estilo adotado. Dentro dessas estratégias (meta)cognitivas, o léxico é apresentado apenas como um construtor do estilo e dos efeitos de sentidos do texto (BRASIL, 2018, p.80).

Assim, é possível observar que a BNCC não traz uma unidade temática específica para o estudo de léxico. Além disso, apesar de ser um dos pontos trabalhados no eixo de análise linguística/semiótica, o estudo do léxico é apresentado de forma simplificada como um componente que contribui apenas para o estilo e sentido do texto. Logo, essa concepção limitada pode comprometer o aprofundamento dos conhecimentos dos alunos acerca do léxico de sua língua materna e reduzir a riqueza que os sentidos das palavras em suas formas reais de uso (GUERRA; ANDRADE, 2012).

Para aprofundar essa discussão, realizamos uma busca do número de ocorrência da palavra “léxico” nas 600 páginas da BNCC. Como resultado, identificamos dez ocorrências dessa palavra, sendo cinco delas fazendo referência ao ensino de língua portuguesa, especificamente à análise linguística na produção textual, e cinco ocorrências relacionadas ao ensino de língua inglesa (L2).

Apesar da nossa análise está centralizada no ensino de língua portuguesa, é importante fazer uma ressalva para compreendermos a diferença do tratamento que a BNCC dá ao ensino do léxico nas propostas de L1 e L2.

As propostas de ensino de L2, diferentemente de L1, o léxico vem sendo apresentado como uma unidade temática nomeada de “Estudo do léxico”, cuja principal finalidade é proporcionar orientações para a formulação de habilidades que contribuam para construção do repertório lexical dos alunos. Além disso, em L2 o lugar do léxico é bem definido, tendo como principal finalidade “levar os alunos, de modo indutivo, a descobrir o funcionamento sistêmico da língua inglesa” (BRASIL, 2018, p. 120). É possível observar também que nessa proposta de ensino o estudo do léxico é trabalhado associado com a gramática a partir da relação entre estrutura e regras de aplicação/uso.

Nesse contexto, é possível afirmar que em L2 o léxico ocupa um lugar de destaque, enquanto em L1 ele é tratado apenas como um elemento adicional. Essa diferenciação de tratamento pode ser um dos fatores que justifica a superioridade do número de estudos que investigam o léxico ensino da segunda língua (ANTUNES, 2012).

Analisando as habilidades de língua portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental, identificamos que sete são voltadas para o estudo e análise do léxico/vocabulário, como podemos conferir no quadro abaixo:

Quadro 2. Resultado das habilidades voltadas para o estudo e análise do léxico/vocabulário.

Códigos	Habilidades
EF01LP15	Agrupar palavras pelo critério de aproximação de significado (sinonímia) e separar palavras pelo critério de oposição de significado (antonímia)
EF02LP10	Identificar sinônimos de palavras de texto lido, determinando a diferença de sentido entre eles, e formar antônimos de palavras encontradas em texto lido pelo acréscimo do prefixo de negação in-/im-.
EF35LP05	Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos, com base no contexto da frase ou do texto.
EF35LP06	Recuperar relações entre partes de um texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos) que contribuem para a continuidade do texto.
EF35LP08	Utilizar ao produzir um texto, recursos de referência (por substituição lexical ou por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos), vocabulário apropriado ao gênero, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível suficiente de informatividade.
EF04LP03	Localizar palavras no dicionário para esclarecer significados, reconhecendo o significado mais plausível para o contexto que deu origem à consulta.
EF05LP02	Identificar o caráter polissêmico das palavras (uma mesma palavra com diferentes significados, de acordo com o contexto de uso), comparando o significado de determinados termos utilizados nas áreas científicas com esses mesmos termos utilizados na linguagem usual.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na BNCC (2018).

Ao observar essas habilidades notamos que das sete, quatro estão no eixo de análise linguística (EF01LP15, EF02LP10, EF04LP03 e EF05LP02) com propostas de desenvolver nos alunos conhecimentos acerca da relação entre sinônimo/antônimo das palavras e seus prefixos. Também, encontramos como habilidade de análise linguística, a localização de palavras no dicionário e a identificação do seu caráter polissêmico.

No entanto, nessas habilidades de análise linguística voltadas para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental é notável a ausência de uma abordagem clara acerca da base que fundamenta a formação das palavras, pois o sequenciamento das habilidades do 1º ao 5º ano traz

uma concepção de palavra já pronta, não levando o aluno a construir uma visão aprofundada, analítica e reflexiva sobre esse processo de formação. Nesse sentido, o ensino do léxico deve explorar as diferentes fases da palavra, desde a sua formação até o seu valor semântico assim como destaca Richards (1976 *apud* Liska, 2019):

Ensinar léxico, isto é, permitir ao aluno o conhecimento das palavras e do vocabulário, implica expandir o vocabulário ao longo da vida; conhecer a frequência e a colocação das palavras; conhecer as limitações de uso impostas às palavras; reconhecer o comportamento sintático das palavras; compreender formas subjacentes e derivacionais (regras de formação) das palavras; saber estabelecer associações entre as palavras numa relação intralinguística; conhecer o valor semântico das palavras, seus traços e suas restrições semânticas de uso; e conhecer as várias possibilidades de uso das palavras por meio da sua multissignificação.

Com isso, entendemos que há uma diversidade de aspectos acerca das palavras que pode ser explorada no ensino do léxico em sala de aula, de modo a contribuir para a aquisição de um conhecimento mais amplo dos alunos sobre as propriedades lexicais de sua língua materna. Desse modo, um ensino de língua portuguesa que coloca o léxico em uma posição central contribuirá tanto para expansão do vocabulário dos alunos (CRUZ, 2016), quanto para o desenvolvimento e aprimoramento de suas competências lexicais (BASÍLIO, 2010).

Considerações Finais

O ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um marco para o desenvolvimento e aprofundamento dos conhecimentos linguísticos dos alunos e de suas competências discursivas. No entanto, para que esse aprendizado seja consolidado é necessário proporcionar um ensino que promova o desenvolvimento e ampliação de suas competências lexicais, o que envolve a classificação das palavras e sua associação nos diferentes contextos de produção, assim como a compreensão do seu papel na organização e construção de sentidos no texto.

Ademais, considerando a diversidade de eventos discursivos que os alunos participam em todos os campos de sua vida e o léxico como matéria-prima da comunicação verbal, entendemos que há uma necessidade urgente de inserir explicitamente o seu estudo nas propostas de ensino de língua portuguesa, ultrapassando esse silenciamento observado na BNCC.

Portanto, é essencial que haja reflexões nessa forma de abordagem e que sejam iniciadas a partir da BNCC, uma vez que ela é um documento normativo que influencia diretamente os currículos das escolas de educação básica do país, no processo de formação inicial/continuada dos professores e na formulação dos livros e materiais didáticos que serão trabalhados em sala de aula.

Referências

ANDERSON, Michael. **Memory**. New York: Psychology Press, 2009.

BARBOSA, Maria Aparecida Terminologia aplicada: percursos interdisciplinares. Mato Grosso: **Polifonia**, v. 15 n. 17, p. 30-44, 2009.

BASÍLIO, Margarida. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. **Revista Linguística Cognitiva**, v. 6, n. 2, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997. Acesso: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014. Acesso: 26 abr. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNDL 2019: Língua Portuguesa – guia de livros didáticos** - Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018. Acesso: 26 abr. 2021.
- CRUZ, Ana Flávia. Léxico, leitura e livro didático: uma tríade em análise no ensino do português. **Estudos linguísticos**, São Paulo, p. 427-440, 2016.
- FERRAZ, Aderlande Pereira. O léxico do português em estudo na sala de aula. Araraquara, **Letraria**, 2016.
- FERREIRA, Maria Helena; SILVA, Mauriceia . O trabalho com o léxico em sala de aula: desafios para o ensino de língua materna. **Revista Letras Raras**, v. 2, n. 2, 2013.
- FIGUEIREDO, Núbia Maria. Método e metodologia na pesquisa científica. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, **Yendis Editora**, 2007.
- GUERRA, Miriam; ANDRADE, Karylleila Santos. O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas. Uberlândia: **Domínio em Linguagens**, v.6, n. 1, 2012.
- HENRIKSEN, Birgit. **Three dimensions of vocabulary development**. Cambridge University, 1999.
- LAUFER, Batia. 1997 The lexical plight in second language reading. *In*: COADY, J. & T.N. HUCKIN 1997. **Second Language Vocabulary Acquisition**. Cambridge University Press, p. 20-34.
- LEFFA, Vilson. Aspectos externos e internos da aquisição lexical. *In*: LEFFA, Vilson (org). **As palavras e sua companhia: o léxico na aprendizagem das línguas**. Pelotas: EDUCAT, p. 15-44, 2000.
- LISKA, Geraldo José. Gamificação e ensino do léxico na aprendizagem da língua portuguesa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 15, n. 2, p. 230-248, 2019.
- NATION, Paul. **Learning Vocabulary in Another Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- XATARA, Claudia Maria.; SOUZA, Vanzorico Carlos; MORAES, Adriana Cardoso. A aquisição do vocabulário básico e a competência lexical. Rio de Janeiro: **Caderno seminal digital**, v 10, n. 10, 2008.
- WARING, Rob. A comparison of the receptive and productive vocabulary sizes of some second language learners. *In* Immaculata: The Occasional Papers at Notre Dame **Seishin University**, p. 94-114, 1997.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2018.